

Milliet: poderá ocorrer um acordo preliminar.

O Brasil começa a renegociar o final da moratória e um acordo duradouro, demonstrando flexibilidade e abertura a sugestões de banqueiros credores, a partir de hoje, na Associação de Bancos para o Comércio Exterior, no centro de Washington.

— Se o comitê dos bancos credores aprovar as idéias que estamos trazendo, poderá ocorrer um acordo preliminar — declarou o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, na manhã de ontem, ao aparecer na entrada do Hotel Internacional, em Nova York, pouco depois de ter desembarcado do voo do Brasil.

— Mas não creio que seja assim tão rápido — ele também advertiu à imprensa, preferindo não criar grandes expectativas.

Outro negociador da dívida, Fernão Bracher, foi claro ao dizer que “o objetivo da reunião é o de acabar com a moratória”, mas que isso não acontecerá certamente, amanhã. “O processo começa, mas não sabemos quando é que terminará.”

Fernão Bracher, muito bem-humorado, otimista, dizia aos repórteres apenas que “queremos o Brasil de novo próximo ao sistema financeiro internacional”. Por isso, acrescentou, é que o plano está sendo descrito como “amplo, aberto a sugestões dos banqueiros”, com a intenção de favorecer um acordo.

Mas o Brasil não mudou muito seu ponto de partida original. E assim vai pedir 7,2 bilhões de dólares, sem **spread** (taxa de risco), em dinheiro novo. Esta quantia serviria para refinar os juros devidos deste ano e 40% dos juros do ano que vem. A intenção de transformar parte da dívida em títulos de longo prazo continua sobrevivendo, e cada vez com mais força, apesar da rejeição inicial do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, como “sem futuro”, no começo deste mês. Só que ressurgem com uma nova versão, sem **exit bonds**, os títulos de saída da dívida para os bancos que os quiserem, e com “atrativos”.

— Os títulos teriam o valor de face. E os juros seriam melhor remunerados, caso a situação do Brasil também melhore. Se ganha o Brasil, ganham todos — explicou uma parte envolvida nas negociações.

Esta mesma fonte acrescentou que será dito aos banqueiros que o Brasil só poderá fazer algum pagamento segundo esta referência: 2,5% PIB (Produto Interno Bruto), mais a capacidade de importação/exportação.

O próprio ministro Bresser Pereira não quis antecipar detalhes sobre esta nova abordagem — a de um plano aberto, balizado por alguns princípios como um inabalável “não” ao FMI (Fundo Monetário Internacional) e a insistência com o **spread** zero, que alguns banqueiros, consultados ontem à tarde, em Nova York, voltaram a repetir: “Isto é um sonho”. Um deles exclamou: “Mas isto não existe, é como uma miragem do deserto”.

O ministro estava confiante, mas bem mais reservado do que as duas vezes que veio aos Estados Unidos, e perguntou, desafiador, aos repórteres: “Viram? O plano estava na direção certa... Não tinha dito?” Um dos repórteres perguntou-lhe: “O sr. aceitaria um acordo provisório, se pedido?” E ele foi firme e seco na resposta: “Não, absolutamente não”.

A renegociação deverá começar, às 13 horas, em Washington, onde já estão chegando os três mil participantes da 42ª reunião anual do FMI/Banco Mundial. O lugar escolhido foi a Associação de Bancos para o Comércio Exterior, que fica perto do Departamento do Tesouro, mas afastado dos locais em que economistas, banqueiros, diplomatas e executivos das agências multilaterais estarão reunidos. Havia uma dúvida, no final da noite de ontem, se o próprio ministro Bresser Pereira participaria da primeira sessão. Mas ele não estava disponível para consultas, assistindo uma peça de teatro, **Les Misérables**.

Quem apresentará a nova versão do plano brasileiro será o presidente do Banco Central, Fernando Milliet. Ele falará para os 14 banqueiros, que representam mais de 600 bancos, sobre os resultados do plano macroeconômico do ministro Bresser Pereira até agora, as dificuldades que vem enfrentando e quais os recursos de que o Brasil está precisando. “Pode surgir aí um entendimento sobre linhas básicas”, antecipava Milliet ontem de manhã, ao chegar a Nova York. Ele lembrou que da última vez o Brasil começou a negociar em 1985, nessa mesma época do ano, em setembro, e só chegou a um acordo em março/abril, que foi então assinado em setembro. O acordo dos argentinos, concluído em março, não foi até agora assinado.

Mesmo um acordo preliminar, que não deve ser descartado porque os bancos estão com pressa, não querendo aumentar mais suas reservas dia 26 de outubro, se nada conseguirem do Brasil, significaria “uma mudança muito grande de padrão”, comentou Milliet, querendo, prudentemente, esvaziar qualquer expectativa.

Os negociadores brasileiros encontravam-se ontem com a imprensa sempre bem-humorados, mas evitavam dar informações sobre o plano para a renegociação, o que já faria parte do plano: uma maior reserva, para evitar que o governo americano e mesmo os banqueiros acabem informados de maneira incompleta pela imprensa, chegando a conclusões precipitadas sobre os objetivos do Brasil.

Quando perguntaram a Antonio Padua Seixas, diretor para assuntos da dívida externa do Banco Central, se ele havia recebido o retorno do tom conciliador dos banqueiros em Nova York, depois que o plano de securitização da dívida foi rejeitado, ele sorriu, respondendo: “Sim”. Diante do seu silêncio, perguntou-se: “E isto contou para a elaboração do novo plano, que é quase igual?”. Ele disse, aumentando o mistério: “Sobre isto não falarei nada”.